

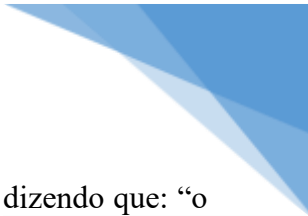
Apresentação

Agamben, interfaces e encruzilhadas do pensamento crítico contemporâneo

A filosofia sempre enfrenta o desafio de não se limitar a ser a “coruja de Minerva”. Por mais que o passado seja sempre nossa referência, o fazer filosófico é uma prática do presente e como tal encontra-se afetada, de diversas maneiras, pelo presente em que se situa. Os clássicos sempre são uma referência a partir das interpelações contemporâneas. É a temporalidade que interpela a filosofia de Agamben, de múltiplas formas. Esta filosofia encara o kronos como o tempo devorador de vidas, em sentido estrito. É o tempo- kronos que organiza a vida produtiva e a submete a processos cronológicos de utilidade e aproveitamento máximos. O tempo cronológico devora seus filhos numa incessante utilização produtiva de suas vidas. A biopolítica cronometrada da vida é o marco conceitual da gestão *oikonomica* de nosso tempo.

Das múltiplas interfaces possíveis com o pensamento de Agamben, destacamos sua instigante reflexão sobre a temporalidade, a qual está (oni)presente em quase todos seus escritos. Seja de forma explícita, seja atravessado os argumentos diversos das obras.

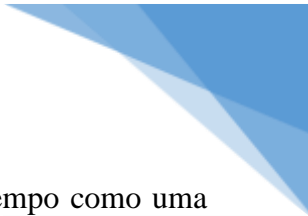
O pensamento de Agamben tenta percorrer outras trilhas temporais, na expectativa de abrir linhas de fuga para a política que vem ou para a ética que vem. O pensador nos alerta que o tempo kronos não é inexorável por natureza, ele não se constitui numa espécie de naturalização da vida. Seguindo de múltiplas formas as teses de Benjamin, Agamben filia-se aos pensadores que entendem que é possível puxar o freio do tempo (kronos) através de instauração de um tempo kairótico. O tempo do significado denso interrompe, a modo de ação revolucionária, a rotina programática da cronologia devoradora da vida. O kairos interrompe o mero desgaste cronológico da vida e instaura um novo sentido para o viver e o fazer.



O tempo kairótico é também o tempo messiânico. Benjamin o definiu dizendo que: “o instante é a porta por onde pode entrar o messias”. O instante contém o tempo da imprevisibilidade. A novidade histórica irrompe contra todas as previsibilidades, sua irrupção é também uma interrupção do tempo cronológico que parecia eivado por uma teleologia *oikonomica* da história ou do mercado. O tempo messiânico não só introduz a imprevisibilidade na história, como atua a modo de freio do tempo cronológico. O tempo nada mais é que a experiência do acontecimento. Nossa relação com o acontecimento define o modo de vivência do mesmo e a maneira como a vida se confronta com seu agir.

A rotineira captura da vida no kronos representa uma das possíveis relações da vida com seu fazer, a modo de vida programada como produto útil. As diversas filiações teleológicas da vida, da história, da sociedade... abraçaram a temporalidade cronológica como uma consequência inerente às leis da biologia, da história ou leis da sociedade. A temporalidade kairótica enuncia que não há teleologia imanente ao agir humano, senão que sua ação contém uma potência diferente da mera potência da natureza. O tempo kairótico assimila-se a uma potência do não. Agamben, seguindo as teses de Aristóteles, desenvolve amplamente as consequências de uma potência que não se limita a desenvolver possibilidades implícitas, senão que ela mesma permanece como potência após a realização do ato. A potência do não, não se esgota na ação, senão que é uma potência que como tal pode se negar a não fazer a ação. É a potência que só o ser humano tem de poder agir ou não de uma determinada forma, sem que a sua ação seja uma consequência previsível da potência da natureza.


Agamben conecta, entre outros, estes dois aspectos, temporalidade messiânica e potência do não, como dimensões constitutivas da vida humana. Elas serão os referentes críticos que o autor mantém ao longo de sua obra para se contrapor aos dispositivos biopolíticos de controle da vida. A biopolítica, segundo Agamben, envolve tanto a decisão soberana da exceção sobre poder viver e fazer morrer, como a gestão *oikonomica* de fazer viver para deixar morrer. Esta é condição bipolar do poder moderno. As várias tentativas políticas modernas de neutralizar estes dispositivos biopolíticos, pode se dizer que fracassaram porque foram assimiladas ou capturadas pelos próprios dispositivos biopolíticos. É o caso das diferentes revoluções políticas que desde o século XVIII até o século XX tem acontecido, e sobre as quais se sedimentou o atual modelo bipolar de poder biopolítico.



O que resta? O tempo que resta é a possibilidade de viver o nosso tempo como uma tensão entre o que ainda não é, mas pode ser. É uma outra forma da experiência messiânica do tempo *kairótico*. Como dizia o apóstolo Paulo, do qual Agamben, como Benjamin, é um grande estudioso, o que nos resta é não nos deixar assimilar pelo presente, vivendo como-si-não. Não nos deixar capturar pela temporalidade cronológica da utilidade e da vida produtiva, desenvolvendo uma forma-de-vida que tensiona ao presente como algo que pode ser diferente. Neste ponto, Agamben introduz novas categorias ético-políticas como a inoperosidade e a desativação. A inoperosidade é uma forma *kairotica* de viver a vida. A possibilidade de criar formas-de-vida que não sejam estritas nem necessariamente produtivas ou úteis, mas que sejam formas de viver além da mera produtividade cronológica. A inoperosidade é algo inerente à potência-do-não. Só o ser humano tem a possibilidade de desativar os dispositivos biopolíticos tornando-os inoperosos.

A inoperosidade como categoria ética conecta-se diacronicamente com a relação de uso e se contrapõe à apropriação. O uso é, para Agamben, a categoria ética que estar por vir. Ela desenha uma nova relação da vida com a realidade, uma forma-de-vida em que a propriedade e apropriação não são ontologicamente constitutivas da subjetivação. Muito pelo contrário, na relação de uso o sujeito se realiza na desubjetivação de si pelo uso que não se apropria das coisas, senão que as reconhece como alteridades diferenciadas que não lhe pertencem, mas que lhe configuram na sua forma-de-vida. A relação de uso descarta a propriedade e a apropriação como necessárias para a relação com as coisas. A filosofia do uso retrata a potência da relação que não se esgota no ato da apropriação, senão que se mantém como potência relacional no uso que não apropria. Esta é uma ética que teve seus prolegômenos modernos nos debates do franciscanismo, século XIII, com os canonistas e teólogos oficiais. Aqueles reclamavam a possibilidade de criar uma forma-de-vida sem propriedade, só na relação de uso com as coisas. Estes negavam essa possibilidade e impunham a necessidade de ter propriedade para realizar o uso. Esta segunda tendência foi tornando-se hegemônica na nossa cultura ocidental, ao ponto que no século XVII, Locke pode decretar a filosofia da propriedade como algo constitutivo do estado de natureza, uma vez que cada um tem o seu corpo como propriedade e por isso a pode alugar por um preço. O uso é uma possibilidade ética de desativar os dispositivos da apropriação que perpassam o poder bipolar da biopolítica moderna.


Estas breves nuances apontam para as múltiplas interfaces que o pensamento de Agamben contem para alinhavar encruzilhadas do pensamento crítico contemporâneo. Os



escritos que se apresentam em este número da revista *Controvérsia*, os artigos aqui publicados, são uma digna e excelente representação dos diferentes trabalhos que foram apresentados durante o VIII Colóquio Agamben: interfaces e encruzilhadas do pensamento crítico contemporâneo, celebrado durante o mês de abril, 2019, na Unisinos.

Temos de confessar que aos organizadores deste evento nos surpreenderam a variedade de interfaces filosóficas com a literatura, ciência política, relações internacionais, saúde, educação, linguística, direito, biologia, entre outras, que o pensamento de Agamben vem suscitando. Nos surpreendeu ainda mais, a densidade da maioria das comunicações que retrabalharam as obras de Agamben a modo de caixa de ferramentas, extraindo estudos e pesquisas muito inovadoras e instigantes. Os artigos publicados neste número da *Revista Controvérsia* são, por tanto, um excelente indicador (ou exemplo como diria Agamben) e não uma exceção da qualidade das pesquisas apresentadas no evento, que por sua vez representam uma parte da influência deste pensador no Brasil atual.

Castor M.M. Bartolomé Ruiz

Dr. Filosofia. Professor Titular do Programa de Pós-Graduação Filosofia –  UNISINOS

Coordenador Cátedra Unesco-Unisinos de Direitos Humanos e violência, governo e governança

Coordenador Grupo de Pesquisa CNPq *Ética, biopolítica e alteridade.*
www.armazemdafilosofia.com